

Autorização n.º CIRA/0040/2021
para a exploração de serviço público de transporte regular de
passageiros, a título provisório

A empresa **Empresa de Transportes António Cunha, SA**, com sede em Avenida Fernão de Magalhães, Edifício da Rodoviária, 3000-178, COIMBRA, titular do NIPC 500158029 e do alvará/licença comunitária de acesso à atividade n.º 200024, fica autorizada a explorar, em regime provisório, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho e a informação relativa ao “Quadro Regulatório aplicável aos SPTP” publicada a 12 de outubro de 2021 no respetivo site e, entretanto, comunicada às Autoridades de Transportes (AT) pela entidade reguladora e de supervisão do setor dos Transportes – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), o serviço público de transporte de passageiros regular na Rede constituída pelas linhas descritas a seguir, nas condições que, na presente data, constam do registo no Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (SIGGESC):

5007	M	Covão do Lobo - Vagos
5008	IR	Praia de Mira - Vagos
5046	IR	Anadia - Corgo de Baixo
7335	IR	Mealhada - Oiã

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

O operador de transportes fica obrigado a respeitar os seguintes requisitos e condições de exploração:

- a) Prestação do serviço autorizado de forma ininterrupta e em respeito pelo interesse público satisfazendo condições de pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, segurança, conforto e higiene; durante todo o período a que se refere a presente “Autorização”, sob pena da aplicação de contraordenações mediante a transmissão imediata de eventuais incumprimentos à AMT.
- b) Prestação à Autoridade de Transportes, da informação por esta requerida sobre as condições de oferta e procura, incluindo as constantes do Anexo 1, bem como sobre as condições relativas ao material circulante afeto sob pena de se considerar não estarem a ser cumpridos os termos da autorização;
- c) Disponibilização à Autoridade de Transportes de ligação API para acesso aos dados da operação objeto da presente Autorização Provisória ao fim de um período máximo de três dias de operação relativamente às vendas e validações e em tempo real para as localizações, a partir do Sistema central de bilhética e/ou Sistema de Apoio à Exploração, sem custos.
- d) Proceder ao carregamento dos dados no SIGGESC, conforme artigo 22.º do RJSPTP, publicado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de junho e conforme Deliberação do CD do IMT, de 2 de março de 2017 – Dados a serem reportados anualmente pelos operadores de transporte no SIGGESC;
- e) Prestação de informação ao público sobre a respetiva oferta de serviços de transporte, detalhada e permanentemente atualizada no respeitante a percursos, paragens, horários e tarifário, através dos suportes adequados.
- f) Comunicação à Autoridade de Transportes, sempre que haja qualquer alteração significativa do normal desenvolvimento do serviço público de transporte rodoviário de passageiros;


São direitos do operador:

- a) Os fixados na legislação aplicável, designadamente no Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro;
- b) Ser informado pela Autoridade de Transportes de eventuais alterações das condições de circulação rodoviária,

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho e a informação relativa ao “Quadro Regulatório aplicável aos SPTP” publicada pela entidade reguladora e de supervisão do setor dos Transportes – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) a 12 de outubro de 2021 no respetivo site e, entretanto, comunicada às Autoridades de Transportes (AT), e de acordo com a Deliberação do Conselho Intermunicipal na sua reunião de 02.NOV.2021, a presente autorização anula as anteriores e é válida até à data da efetiva entrada em operação do operador de serviço público selecionado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro em procedimento pré-contratual em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de Novembro, que altera o RJSPTP, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho e os n.ºs 3 e 4 do Artigo 19.º do RJSPTP, de forma a assegurar a manutenção do serviço público de transporte de passageiros, sem risco de disrupção ou disrupção efetiva.

Aveiro, 2 de Novembro 2021,



.....

O Secretário Executivo Intermunicipal
(José Eduardo de Matos)

